

**FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADÉ
REGIANE REIS BRAGA QUINTÃO**

**POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NA
ACIDENTALIDADE DO TRABALHO**

**João Monlevade
2017**

REGIANE REIS BRAGA QUINTÃO
FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE

**POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NA
ACIDENTALIDADE DO TRABALHO**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Direito da
Faculdade Doctum de João Monlevade,
como requisito parcial à obtenção do
título de Bacharel em Direito.**

**Área de Concentração: Direito do
Trabalho.**

**Profª Orientadora: D.Sc Ariete Pontes
de Oliveira.**

**João Monlevade
2017**



FACULDADE DOCTUM DE JOÃO MONLEVADE

FOLHA DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE NA ACIDENTALIDADE DO TRABALHO, elaborado pela aluna REGIANE REIS BRAGA QUINTÃO foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceito pelo curso de Direito da Faculdade Doctum de João Monlevade, como requisito parcial da obtenção do título de **BACHAREL EM DIREITO.**

João Monlevade, ____ de _____ 2017.

D.Sc Ariete Pontes de Oliveira
Profª. Orientadora

Prof. Examinador 1

Prof. Examinador 2

Agradeço primeiramente a Deus por esta conquista, que iluminou o meu caminho durante esta caminhada e aos meus familiares por sempre estarem ao meu lado, torcendo pela minha vitória. Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Todas as conquistas começam com o simples ato de acreditar que elas são possíveis. Não seria possível a realização desse sonho sem vocês, mestres. Por essa razão, agradeço imensamente,

a professora e mestre Ariete Pontes de Oliveira, minha orientadora e amiga, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram que eu realizasse este trabalho. Muito obrigada por tudo!!!!

Agradeço aos demais professores por ter proporcionado o conhecimento durante o decorrer do curso. Quero externar a minha gratidão por todos os professores e mestres, pois sem o apoio e o conhecimento repassado eu não teria concretizado este sonho.

A instituição de ensino Rede Doctum e todo seu corpo docente, além da direção e administração, que sempre realizam o trabalho com amor e dedicação, para que nós, alunos, possamos contar com um ensino de extrema qualidade.

Aos amigos que tive a oportunidade de conviver durante esses cinco anos. Quero agradecer por tudo e dizer que vocês irão continuar presentes em minha vida. Sentirei saudades dos encontros diários na faculdade, das risadas, das histórias e também dos trabalhos que desenvolvemos juntos no decorrer do curso. À vocês, obrigada pela amizade!!!!

A minha família, meu porto seguro, não poderia deixar de agradecê-los. Agradeço a minha mãe Luzia Braga Silva, pelo apoio e incentivo, a minha filha Bianca Braga Quintão por sempre acreditar nos meus sonhos e sonhar junto comigo, a meu marido Elson Abreu Quintão e minha irmã Lidiane Braga Silva, a maior incentivadora desse sonho. Quero que saibam que nada disso teria acontecido sem o apoio de cada um de vocês. Eternos agradecimentos!!!!

“Não há como se pensar em meio ambiente de modo restrito e dissociado dos demais flancos da sociedade, exigindo, desse modo, uma atuação globalizada e solidária dos povos.” (FIORILLO; RODRIGUES, 1996, p.149/150).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT	Comunicação do Acidente do Trabalho
CR/88	Constituição da República Federativa do Brasil
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
NR	Normas Regulamentadoras
PNMA	Política Nacional do Meio Ambiente
SAT	Seguro Acidente do Trabalho
TRT	Tribunal Regional do Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho

RESUMO

O direito à saúde e segurança no meio ambiente do trabalho envolve a discussão acerca da possibilidade de responsabilizar objetivamente o empregador nos casos decorrentes de acidente do trabalho, com o objetivo de garantir um meio ambiente juslaboral saudável, preservando assim a vida e saúde do trabalhador. De acordo com o Código Civil de 1916, a regra era da responsabilidade civil subjetiva. Entretanto, com o advento do Código Civil de 2002, passa a vigorar a regra da responsabilidade subjetiva e da responsabilidade objetiva. O parágrafo único, do artigo 927 do Código Civil prevê a possibilidade de responsabilidade objetiva quando o causador do dano exerça atividades que decorrem de risco, devendo reparar os danos então sofridos pelo trabalhador. Desta forma, o parágrafo único supracitado não ofende os direitos dos trabalhadores previstos no artigo 7º, XXVIII da Constituição da República, uma vez que o mencionado artigo assegura, além do regramento já previsto em lei, outros que de alguma forma garante condições melhores para a saúde e segurança do trabalhador. Nesta perspectiva, o presente trabalho tem por escopo analisar dentro da temática a possibilidade de responsabilizar o empregador objetivamente em decorrência dos acidentes de trabalho, não sendo necessário comprovar se este incorreu ou não em culpa, analisando assim o campo do meio ambiente juslaboral, uma vez que cabe ao empregador zelar pelo meio ambiente juslaboral sadio e saudável.

Palavras-chaves: Responsabilidade Civil Objetiva. Meio Ambiente Juslaboral. Dever de Reparação. Acidente do Trabalho.

RESUMEN

El derecho a la salud y seguridad en el medio ambiente del trabajo implica la discusión acerca de la posibilidad de responsabilizar objetivamente al empleador en los casos derivados de accidente del trabajo, con el objetivo de garantizar un medio ambiente juslaboral sano, preservando así la vida y salud del trabajador. De acuerdo con el Código Civil de 1916, la regla era de la responsabilidad civil subjetiva. Sin embargo, con el advenimiento del Código Civil de 2002, pasa a vigilar la regla de la responsabilidad subjetiva y de la responsabilidad objetiva. El párrafo único del artículo 927 del Código Civil prevé la posibilidad de responsabilidad objetiva cuando el causante del daño ejerza actividades que resultan de riesgo, debiendo reparar los daños entonces sufridos por el trabajador. De este modo, el párrafo único arriba mencionado no ofende los derechos de los trabajadores previstos en el artículo 7, XXVIII de la Constitución de la República, ya que el mencionado artículo asegura, además del reglamento ya previsto en la ley, otros que de alguna forma garantiza condiciones mejores para la salud y seguridad del trabajador. En esta perspectiva, el presente trabajo tiene por objeto analizar dentro de la temática la posibilidad de responsabilizar al empleador objetivamente como consecuencia de los accidentes de trabajo, no siendo necesario comprobar si éste incurrió o no en culpa, analizando así el campo del medio ambiente juslaboral, una vez que corresponde al empleador velar por el medio ambiente juslaboral sano y sano.

Palabras clave: Responsabilidad Civil Objetiva. Medio Ambiente Juslaboral. Deber de reparación. Accidente del Trabajo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO -----	9
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL-----	11
2.1	Instituto da responsabilidade civil-----	13
2.1.1	Da responsabilidade civil subjetiva-----	15
2.1.2	Da responsabilidade civil objetiva-----	18
3	MEIO AMBIENTE JUSLABORAL-----	23
3.1	Meio ambiente: definição -----	23
3.2	Meio ambiente do trabalho -----	25
3.3	Princípios basilares do meio ambiente do trabalho-----	27
3.3.1	Princípio da precaução e prevenção-----	27
4	RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR EM DECORRÊNCIA DA ACIDENTALIDADE DO TRABALHO: análise de casuística -----	30
	CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	38
	REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre o acidente do trabalho e a responsabilização do empregador pelos danos causados ao trabalhador, tendo por base as duas principais teorias, a saber: a teoria da responsabilidade objetiva, prevista no parágrafo único do artigo 927, do Código Civil e a teoria da responsabilidade subjetiva, com previsão constitucional no artigo 7º, XXVIII e ainda, nos artigos 186 e 927 do Código Civil.

Na responsabilidade civil subjetiva, para que o agente seja responsabilizado pelos seus atos é necessária a comprovação da culpa, ou seja, devem existir conjuntamente os elementos ensejadores do dever de reparação, quais sejam: o dano, a conduta culposa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.

Quanto à responsabilidade civil objetiva não se faz necessário comprovar a culpa do agente que causou o dano a outrem, pois esta se concentra na teoria do risco.

Outrora, na vigência do Código Civil de 1916, a regra era da responsabilidade civil subjetiva, assentada no princípio fundamental da culpa, descritos nos seus artigos 159 e 1.518, de modo que o ato ilícito era a fonte primária da responsabilidade civil. Com o advento do Código Civil de 2002 – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 –, passa a vigorar concomitantemente com a regra da responsabilidade subjetiva e a regra da responsabilidade objetiva para as atividades de risco de acordo com a norma prevista no parágrafo único do artigo 927 do supracitado código.

Nos dias atuais, os Tribunais têm aplicado tanto a responsabilidade civil objetiva quanto a responsabilidade civil subjetiva, objetivando atender aos anseios de justiça e de proteção da vítima, garantindo a reparação dos danos sofridos.

Importante ressaltar que é dever de o empregador garantir o meio ambiente juslaboral saudável, atinentes às normas de saúde, medicina e higiene do trabalho. Desta forma, ocorrendo o descumprimento dessas normas, ocasionando acidente do trabalho, o empregado fará *jus* ao recebimento do seguro contra acidente do trabalho, a cargo do empregador, sem excluir o dever de reparação, quando este incorrer em dolo ou culpa conforme preceitua o artigo 7º, inciso XXXVIII da Constituição da República de 1988 (CR/88).

Sendo assim, passa-se a analisar em primeiro plano o contexto histórico da responsabilidade civil, conceituando as espécies da responsabilidade, quais sejam, responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Aborda ainda o conceito, espécies, principais teorias do risco e as excludentes de responsabilidade. Após, passa a análise acerca do conceito do meio ambiente do trabalho, do qual será tema de discurso os princípios basilares que garantem ao trabalhador exercer suas atividades juslaborais de forma segura, como o princípio da prevenção e precaução e sadia qualidade de vida. E, por fim, adentrar-se-á a análise da divergência a respeito da aplicação da teoria mais condizente com a responsabilização do empregador no acidente do trabalho, apresentando análises jurisprudenciais e doutrinárias.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA RESPONSABILIDADE CIVIL

O Direito é fenômeno histórico e cultural do qual se faz necessário analisar de forma pormenorizada os institutos jurídicos, com o intuito de atribuir a pacificação da sociedade por meio de normas e técnicas de solução de conflitos. Por isto, faz-se necessário discorrer a respeito do instituto da responsabilidade civil, analisando sua trajetória ao longo dos anos.

A responsabilidade civil é fonte de obrigação pecuniária, gerando uma obrigação de indenizar, ou seja, reparar o dano sofrido pelo agente.

A palavra indenizar vem de *in deni*, ou seja, afastar o dano, reparando o indivíduo que conseqüentemente sofreu o dano. Já a palavra responsabilidade vem do latim *respondere*, de *spondeo*. Segundo Diniz:

O termo “responsabilidade” deriva do verbo latino *respondere*, de *spondeo*, o qual correspondia à antiga ‘obrigação contratual do direito quiritário, romano, pela qual o devedor se vinculava ao credor nos contratos verbais, por intermédio de pergunta e resposta (*spondesne mihi dare Centum? Spondeo*, ou seja, prometes me dar um cento? Prometo). (DINIZ, 1993, p.28).

Assim, a expressão responsabilidade não se vinculava a ideia de compensar o indivíduo que sofria o dano, mas tão somente a concepção romana de responsabilidade.

No primeiro momento de revolução histórica da responsabilidade civil, a inobservância de normas individuais ou instituídas pela lei, com o intuito de possibilitar a convivência em sociedade, gera o conflito de interesses e, caso ocorresse dano, o agente causador deveria ser responsabilizado pelos atos até então praticados.

Os costumes regiam as regras de convivência social, o que levava as pessoas agir de forma violenta caso sofresse algum tipo de dano. Essa ação vigorava a então chamada vingança privada, ou vendetta, ou seja, a Lei Talião, do “olho por olho, dente por dente”. Assim, seria suficiente o dano para que o agente pudesse agir de forma brutalmente em razão daquele que de alguma forma causou-lhes dano, irreparáveis ou não. Nesse período não predominava o Direito, mas sim, a vingança privada, uma vez que cada indivíduo que sofresse dano, estes faziam justiça com as próprias mãos, método de retaliação. Ressalta-se que neste período

não se falava em distinção de responsabilidade civil e responsabilidade penal, pois era aplicada a “pena” imposta ao agressor.

Diniz (2009, p. 11) entende que “neste período o Poder Público por vezes permanecia inerte, intervindo apenas para declarar quando e como a vítima poderia ter o direito de retaliação, para produzir no ofensor um dano idêntico ao que experimentou”.

Entretanto, posteriormente surgiu então a necessidade de organização de um poder público de forma a intervir nas relações privadas e de regularizar as reparações dos danos então sofridos.

O que era permitido até então fazer justiça com as próprias mãos, passa a ser proibido, uma vez que é vedada pelo legislador a prática de tal ato.

De acordo com Gonçalves (2008, p.7):

Num estágio mais avançado, quando já existe uma soberana autoridade, o legislador veda à vítima fazer justiça com as próprias mãos. A composição econômica, de voluntária que era, passa a ser obrigatória, e, aos demais disso, tarifada. É quando, então, o ofensor paga um tanto por membro roto, por morte de um homem livre ou de um escravo, surgindo, em consequência, as mais esdrúxulas tarifas, antecedentes históricos das nossas tábuas de indenizações preestabelecidas por acidentes do trabalho.

O Estado assim assume a função de punir os agentes causadores do dano, surgindo a ação de indenização. Então o Estado passa a punir o agente causador do dano, impondo a ele a responsabilidade de reparação das consequências dos casos concretos, entretanto não se poderia evidenciar um princípio geral norteador da responsabilidade civil.

Os romanos começaram a tracejar a diferenciação entre pena e reparação, vistos que são distintos entre os delitos públicos e os delitos privados. Gonçalves (2008, p.7) leciona: “nos delitos públicos, a pena econômica imposta ao réu deveria ser reconhecida aos cofres públicos e, nos delitos privados, a pena em dinheiro cabia à vítima”.

Conforme ensina Venosa (2009, p. 16):

O conceito de reparar o dano injustamente causado surge em época relativamente recente da história do Direito. Tal fato ocorre porque, inicialmente, a responsabilidade civil e penal confundiam-se, sendo posteriormente dissociadas, aplicando em relação à primeira a indenização (sanção civil) e, no tocante à segunda, a pena.

A responsabilidade civil, no Direito francês, ganha forças no âmbito da reparação civil, sendo estabelecidos princípios norteadores acerca da matéria.

Aos poucos foram sendo estabelecidos certos princípios, que exerceram sensível influência nos outros povos: direito à reparação sempre que houvesse culpa, ainda que leve, separando-se a responsabilidade civil (perante a vítima) da responsabilidade penal (perante o Estado); a existência de uma culpa contratual (a das pessoas que descumprem as obrigações) e que não se liga nem a crime nem a delito, mas se origina da negligência ou da imprudência. (GONÇALVES, 2008, p.8).

Outrora, na vigência do Código Civil de 1916, a regra era da responsabilidade civil subjetiva, assentada no princípio fundamental da culpa, descritos nos seus artigos 159 e 1.518, de modo que o ato ilícito era a fonte primária da responsabilidade civil. Com o advento do Código Civil de 2002 – Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – associada a responsabilidade subjetiva, passa a vigorar a responsabilidade objetiva para as atividades de risco de acordo com a norma prevista no parágrafo único do artigo 927 do supracitado código.

Assim, conclui-se que inicialmente, antes da entrada em vigor do Código Civil de 2002, denominava a responsabilidade civil subjetiva, da qual baseava-se no critério da culpa para que o agente causador do dano fosse responsabilizado. Após o desenvolvimento industrial e a multiplicação de teorias, constata-se a necessidade de introduzir a responsabilidade civil objetiva, com o intuito de garantia e proteção às vítimas, principalmente quando se trata de vítimas relacionadas ao acidente de trabalho, originando o surgimento da Teoria do Risco, da qual fala-se com mais ênfase a seguir.

A responsabilidade passa também a ter natureza subjetiva, sob a ideia de que todo risco deve ser garantido, independente da existência de culpa ou dolo.

Passa-se a seguir a análise da teoria da responsabilidade civil subjetiva e objetiva, diferenciando-as e conceituando acerca do tema proposto.

2.1 Instituto da responsabilidade civil

Em relação ao instituto jurídico da responsabilidade civil, doutrinadores asseveram que esse instituto não tem definição legal, podendo ser concebida como a sistematização de regras e princípios que objetivam a reparação do dano patrimonial e a compensação do dano extrapatrimonial causados diretamente por

agentes que agiram de forma ilícita ou ainda aqueles que assumiram o risco da atividade causadora da lesão.

Segundo entendimento de Melo:

A responsabilidade civil respalda-se na prática de um ato ilícito, como regra, ou mesmo não sendo ilícito este ato, quando assim determinar o ordenamento em função do risco, decorrendo disso a existência de uma sanção contra aquele que praticar um ato danoso para alguém, entendendo-se a sanção no sentido mais amplo do termo. (MELO, 2013, p.258).

A responsabilidade civil tem por finalidade a garantia da segurança do agente que foi lesado, buscando o restabelecimento do bem violado, ou seja, retornando o *status quo ante*, reparando-o dos danos sofridos, atendendo a uma necessidade moral, social, jurídica e de justiça, uma vez que cabe ao Estado o dever de zelar pela dignidade da pessoa do trabalhador.

Pode-se dizer que tem função dúplice, uma vez que ao mesmo tempo em que tende à garantia do direito do cidadão que foi lesado, serve como sanção civil, da qual tem natureza compensatória, visando a reparar o dano integral ou indenizar de forma que àquele que foi lesado.

De acordo com entendimento de Mello (2013, p.257):

A reparação do dano deve ocorrer mediante o retorno das coisas ao estado anterior em que se encontravam antes do evento danoso ou, quando não for possível essa reposição, converte-se a reparação no pagamento de uma indenização em valor o mais equivalente possível ao bem material e, em se tratando de dano não patrimonial, impõe-se um valor compensatório do bem violado, como é o caso do dano moral.

As regras contidas nos artigos 186 e 927 do Código Civil estabelecem os requisitos necessários à existência da responsabilidade civil, senão veja-se:

Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

[...]

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem. (BRASIL, 2017).

Sendo assim, aborda-se-ão, em seguida, as espécies da responsabilidade civil de natureza subjetiva e objetiva, de forma a corroborar com informações relevantes para que o agente possa conhecer das consequências advindas da

prática de atos ilícitos que causem danos irreparáveis a terceiros. Dessa forma, a visão atual da responsabilidade civil demonstra que todo prejuízo sofrido por alguém deve ser reparado, restituindo a situação anterior ao ato lesivo.

2.1.1 Da responsabilidade civil subjetiva

A teoria da responsabilidade civil subjetiva consagra que, para que o causador do dano seja responsabilizado a reparar à vítima é necessária a comprovação de culpa, devendo existir o dano, a conduta culposa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.

Segundo Oliveira (2014, p.95):

A indenização por acidente do trabalho ou doença ocupacional, em princípio, enquadra-se como responsabilidade extracontratual porque decorre de algum comportamento ilícito do empregador, por violação dos deveres previstos nas normas gerais de proteção ao trabalhador e ao meio ambiente do trabalho.

Contudo, nos dias atuais, a prática de demonstrar que o empregador falhou ou descumpriu as normas de segurança do trabalho está sendo cada vez mais difícil, uma vez que não basta apenas comprovar o dano e o nexo de causalidade para que o agente possa ser ressarcido do dano que lhe foi causado, devendo ainda ser comprovado a culpa do empregador. Diante dessa dificuldade em demonstrar a culpa do empregador é que exsurge a teoria da responsabilidade civil objetiva, baseada tão somente no risco da atividade.

Assevera Dellegrave Neto (2010, p.391):

Quando o acidente de trabalho decorrer do descumprimento de dever patronal atinentes às normas de saúde, medicina e higiene do trabalho, o empregado terá direito à indenização respectiva, nos termos do artigo 7º, XXVIII da CR/88¹.

Desta forma, só haverá a responsabilidade civil subjetiva, segundo a interpretação majoritária, caso comprove que o empregador teve alguma culpa, direta ou indiretamente para que o acidente tenha ocorrido, gerando assim o dever

¹ Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

de reparação. A ocorrência do acidente do trabalho, portanto, por si só, não gera o dever de reparar.

São três os pressupostos para que o agente causador do dano seja responsabilizado pelos atos ilícitos causados a outrem: dano, a conduta culposa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.

O nexo causal é um dos fatores que demonstram a ligação da relação entre o exercício do trabalho a serviço do empregador com o acidente sofrido pelo empregado. Esse pressuposto deve ser analisado antes da verificação da culpa ou do risco da atividade, uma vez que não havendo o nexo de causalidade não há que se falar em conduta culposa do empregador, inexistindo assim o vínculo indenizatório.

Assevera Oliveira (2014, p.161):

[...] o exame da causalidade deve ser feito antes da verificação da culpa ou do risco da atividade, porquanto poderá haver acidente onde se constata o nexo causal, mas não a culpa do empregador; todavia, jamais haverá culpa patronal se não for constatado o liame causal do dano com o trabalho.

Pode-se afirmar que, no acidente do trabalho é notório o nexo causal quando a Comunicação do Acidente do Trabalho – CAT é emitida, porém, nos casos de doenças ocupacionais nem sempre é fácil comprovar que determinada doença foi causa ou não do trabalho exercido pelo empregado.

Outro pressuposto jurídico é a conduta culposa do agente delituoso. Esse pressuposto diferencia a responsabilidade civil subjetiva da objetiva, tendo em vista que nesta não há necessidade de comprovação da culpa, bastando apenas a presença da teoria do risco.

De acordo com o artigo 186 do Código Civil de 2002: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. Assim sendo, verifica-se que a culpa pode decorrer de uma violação ou norma legal, devendo assim, aquele que agir com culpa, ser condenado a indenizar o agente que sofrer dano.

A culpa na teoria da responsabilidade civil subjetiva poderá ser classificada a *stricto sensu* ou *lato sensu*. De acordo com o entendimento do doutrinador Silva (2014, p.238):

A culpa *lato sensu* abrange o dolo e a culpa em sentido estrito, sendo de sabença geral que no dolo há uma intenção deliberada de ofender o direito ou de causar prejuízo a outrem, enquanto na culpa *stricto sensu* não há tal

propósito, resultando o dano de negligência, imprudência ou imperícia do agente. No entanto, modernamente, o conceito de dolo foi alargado, contentando-se a doutrina com a *conduta antijurídica*, ainda que o agente não revele externamente o propósito de prejudicar outrem.

Conforme leciona Oliveira (2014, p.197) a “culpa pode decorrer da violação de uma norma legal ou regulamentar”. Assim, em que pese a conduta culposa do empregador, fica caracterizada a culpa quando o empregador deixa de observar a conduta por ele praticada, ocorrendo em imprudência, negligência ou imperícia.

Gonçalves (2003, p.21), diz ser subjetiva a responsabilidade “quando se esteia na ideia de culpa, sendo que, a prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável.”

E, por fim, o dano é outro requisito para que o agente possa ser responsabilizado pelos seus atos. Esse é um dos principais requisitos para que seja reconhecida a responsabilidade do agente causador do dano, uma vez que inexistindo o dano, não há que se falar em indenização, muito menos em responsabilização.

Segundo Oliveira (2014, p.240) “pode ocorrer a hipótese de indenização sem culpa, como nos casos de responsabilidade objetiva, mas não há possibilidade de se acolher qualquer pedido de reparação quando não houver dano caracterizado”.

Ainda de acordo com o doutrinador:

O conceito de dano abrange qualquer lesão a um bem tutelado pelo Direito, que tanto pode ser patrimonial, moral, estético ou outros. O Enunciado 456, aprovado por ocasião da V Jornada de Direito Civil, realizada em 2011, registra o entendimento doutrinário atual sobre a amplitude do conceito de dano: Art. 944. A expressão ‘dano’ no art. 944 abrange não só os danos individuais, materiais ou imateriais, mas também os danos sociais, difusos, coletivos e individuais homogêneos a serem reclamados pelos legitimados para propor ações coletivas. (OLIVEIRA, 2014, p.241).

Todavia, conclui-se que nos casos em que não estiverem presentes os pressupostos que delineiam o dever de reparação ao dano causado, quais sejam, o dano, a conduta culposa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa, afasta a responsabilização subjetiva do agente causador do dano, e compete a vítima arcar com os prejuízos, como se estes estiverem sido fatores de caso fortuito ou força maior.

Nesse sentido, assevera Oliveira (2014, p.97):

Na responsabilidade subjetiva, só caberá a indenização se estiverem presentes o dano (acidente ou doença), o nexo de causalidade do evento

com o trabalho e a culpa do empregador. Esses pressupostos estão indicados no art. 186 do Código Civil, e a indenização correspondente no art. 927 do mesmo diploma legal, com apoio maior no art. 7º, XXVIII, da Constituição da República. Se não restar comprovada a presença simultânea dos pressupostos mencionados, não vinga a pretensão indenizatória.

Para além da responsabilidade civil subjetiva, no plano juslaboral, há interpretações pela aplicação do dever de reparação em caso de accidentalidade do trabalho na natureza objetiva. Dessa forma, passa-se a analisar a responsabilidade civil objetiva, do qual é o instituto de estudo do presente trabalho.

2.1.2 Da responsabilidade civil objetiva

A teoria da responsabilidade civil objetiva assevera que não é necessário comprovar a culpa do agente, pois independe desta para que o agente que causou o dano seja responsabilizado, bastando apenas comprovar o dano e a relação de causa, pois esta se concentra na teoria do risco.

É notório que o ordenamento jurídico adotou, em regra, a teoria da responsabilidade subjetiva, ou seja, para que o agente fosse responsabilizado pelos atos lesivos a direito de outrem, necessário seria a comprovação da culpa, como requisito legal para a comprovação. Porém, em alguns casos não se deveria aplicar a responsabilidade civil subjetiva, como é o caso dos acidentes juslaborais em que incube ao empregador zelar pelos danos decorrentes de acidente do trabalho, sendo responsabilizado objetivamente, ou seja, independentemente de culpa do empregador.

Entende-se por responsabilidade civil objetiva:

[...] denomina objetiva a responsabilidade que independe de culpa. Esta pode ou não existir, mas será sempre irrelevante para a configuração do dever de indenizar. Indispensável será a relação de causalidade, uma vez que, mesmo no caso de responsabilidade objetiva, não se pode acusar quem não tenha dado causa ao evento. (GONÇALVES, 2008, p.31).

O artigo 927, parágrafo único do Código Civil de 2002 estabelece que:

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Contudo, todavia, é mister pontuar que o parágrafo único do artigo supracitado não ofende os direitos dos trabalhadores previstos no artigo 7º, XXVIII, parte final, da Constituição da República², conforme assevera Dallegrave Neto (2010, p.115):

Observa-se que o parágrafo único do art. 927 do novo Código Civil não ofende a parte final do art. 7º, XXVIII, da CF, máxime porque o caput do próprio art. 7º assegura ao trabalhador um regramento mínimo de direitos, sem prejuízo de outros que visam melhor condição social ao trabalhador. Ademais, a hipótese do parágrafo único do art. 927 do Código Civil constitui-se exceção à regra geral da responsabilidade subjetiva, sendo que a própria Constituição Federal também prevê outro casuísmo de responsabilidade objetiva em relação aos danos ambientais, conforme se infere do art. 225, §3º da CF³.

Em suma, a teoria objetiva é de natureza autônoma, entretanto é notório que esta teoria mesmo sendo de natureza autônoma não foi capaz de sobrepor à teoria subjetiva.

A responsabilidade civil objetiva é aplicada atualmente nas seguintes matérias:

- a) nos casos de acidente do trabalho, previsto no art.7º, XXVIII da CR/88 e na Lei 8.213/91 - Planos de Benefícios da Previdência Social;
- b) acidentes de transportes em estradas de ferros – Decreto Legislativo nº.2.681/12, aéreos – Lei nº.7.565/86; por água – DL nº.116/67; por veículos automotores – Lei nº.8.441/92;
- c) Minas – DL nº.227/67 e DL nº. 318/67;
- d) acidentes nucleares – Lei nº. 6.453/77;
- e) relações de consumo – CDC, Lei nº. 8.078/90;
- f) atividades de riscos – art. 927, parágrafo único do Código Civil;
- g) poluição ambiental – art. 225, §3º CR;
- h) responsabilidade por ato de terceiro;

² Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:[...] XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

³ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.[...]

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

i) contrato de trabalho – art. 2º, caput da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).⁴

A doutrina em matéria de responsabilidade civil analisa cinco espécies de responsabilidade civil, quais sejam: risco integral; risco proveito; risco criado; risco profissional; e, risco da atividade econômica. Faz-se necessário adentrarmos em cada teoria antes de aprofundarmos acerca da aplicação da responsabilidade objetiva na esfera trabalhista.

A teoria do risco integral determina que o agente deve suportar integralmente os riscos, devendo reparar os danos sofridos pelo agente, independentemente de comprovação de culpa, bastando apenas a conexão objetiva do dano a determinado fato.

Para Meirelles (1999, p.586):

Teoria do risco integral é a modalidade extremada da doutrina do risco administrativo, abandonada na prática, por conduzir ao abuso e à iniquidade social. Para essa fórmula radical, a Administração ficaria obrigada a indenizar todo e qualquer dano suportado por terceiros, ainda que resultante de culpa ou dolo da vítima.

Cavaliere Filho (2000, p.145) assevera que:

A teoria do risco integral é uma modalidade extremada da doutrina do risco destinada a justificar o dever de indenizar até nos casos de inexistência do nexo causal. Mesmo na responsabilidade objetiva, conforme já enfatizado, embora dispensável o elemento culpa, a relação de causalidade é indispensável. Pela teoria do risco integral, todavia, o dever de indenizar se faz presente tão-só em face do dano, ainda nos casos de culpa exclusiva da vítima, fato de terceiro, caso fortuito ou de força maior.

Tendo em vista que esta teoria é aplicada até nos casos em que inexistente o nexo causal, o nosso ordenamento jurídico faz o uso desta teoria apenas nos casos excepcionais, uma vez que sua aplicação pode gerar danos irreparáveis às pessoas que de fato não contribuíram para que o dano fosse gerado.

Já na teoria do risco proveito, Dallegrave Neto (2010, p.117) entende que “todo aquele que tira proveito ou vantagem do fato causador se obriga a repará-lo, conforme se extrai do conhecido brocardo: *ubi emolumentum, ibi onus*.”

Questiona Silva (1954, p.59): “o proveito deve ser conceituado de forma ampla, envolvendo toda espécie de ganho ou, de maneira estrita, implicando tão somente ganhos de natureza econômica?”.

⁴ Teoria defendida pelo doutrinador ALMEIDA (2003).

Muitos são os defensores dessa corrente, sustentando que não é necessário haver lucro efetivo da atividade, mas eventualidade de ganho, pois assim não se limita apenas aos comerciantes e industriais.

Entretanto, para que o agente do dano fosse responsabilizado de acordo com a teoria do risco proveito, a vítima teria o ônus de provar a aquisição desse proveito.

Em relação a teoria do risco criado está vinculada a obrigação da indenização das atividades de riscos, atividades essas lícitas, porém perigosas.

Assevera Dellegrave Neto (2010, p.118):

A teoria do risco criado diferencia-se da clássica teoria subjetiva da culpa, posto que enquanto esta se funda no desenvolvimento de uma ação ilícita, aquela se perfaz com base no desenvolvimento de uma ação lícita, porém perigosa ou de risco físico.

O Código Civil de 2002 adotou essa teoria no parágrafo único do artigo 927, o qual determina: “haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, riscos para os direitos de outrem.” (BRASIL, 2002).

Concluir o autor que “a teoria do risco criado, além de ser mais equitativa, ampliou o conceito de risco proveito, na medida em que a vítima sequer terá que provar que o dano resultou de uma vantagem ou de um proveito obtido pelo agente.” (DELLEGRAVE NETO, 2010, p.118).

A teoria do risco profissional abrange a relação de emprego, estendendo-se a todo empregador. É considerada a teoria mais ampla que a do risco criado, pois enquanto esta teoria se limita às atividades empresariais perigosas, a do risco profissional é estendida a todo empregador tendo em vista que ao obter lucros por meio de suas atividades, por consequência deverá suportar os prejuízos daí resultantes. Sendo assim, não depende de culpa do empregador para que ele responsabilize com os prejuízos oriundos do acidente de trabalho de seus empregados mediante o custeio de seguro específico, Seguro de Acidente do Trabalho (SAT).

Segundo Cavalieri Filho (2000, p.144):

A teoria do risco profissional sustenta que o dever de indenizar tem lugar sempre que o fato prejudicial é uma decorrência da atividade ou profissão do lesado. Foi ela desenvolvida especificadamente para justificar a reparação dos acidentes ocorridos com os empregados no trabalho ou por ocasião dele, independentemente de culpa do empregador.

De fato, essa teoria funda-se na teoria da responsabilidade civil objetiva, uma vez que o causador do dano deverá ser responsabilizado pelos seus atos independentemente de culpa. Normalmente é aplicado nas ações de reparações de acidentes de trabalho, caso a ser abordado mais especificadamente adiante.

E, por fim, a teoria do risco da atividade econômica existe de forma autônoma, sendo aplicada nas responsabilidades civis oriundas do contrato de trabalho. Contudo, não há dúvidas de que, sendo aplicada a teoria do risco da atividade econômica, a responsabilidade civil do empregador será objetiva.

De acordo com o entendimento do autor:

Quanto ao risco inerente ao Contrato de Trabalho, vale registrar que há uma característica peculiar na relação de emprego, vez que além da aplicação da teoria do risco proveito que dispensaria qualquer menção à lei, ainda assim – e com base nessa teoria – o legislador fez questão de consignar a redação do art. 2º da CLT: Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços. (DALLEGRAVE NETO, 2010, p.120).

Nesse sentido, o empregado não concorre com os riscos advindos da empresa, devendo o empregador suportar o ônus do risco ou prejuízo que causar ao empregado.

Adotando-se o breve apanhado das teorias da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, conclui-se que a presente pesquisa defenderá a aplicação da responsabilização objetiva em consonância com a tutela do meio ambiente, do qual passa-se a expor a seguir, nos casos de acidentalidade do trabalho.

3 MEIO AMBIENTE JUSLABORAL

No intuito de compreender o meio ambiente juslaboral, é mister conceituar e definir o meio ambiente, classificando-o quanto ao meio ambiente natural ou físico, artificial, cultural e meio ambiente do trabalho. Destaca-se que o meio ambiente do trabalho será analisado separadamente das demais classificações de meio ambiente, uma vez que faz-se necessário explorar mais a temática, tendo em vista que é objeto principal do presente estudo, do qual verifica-se a possibilidade de responsabilizar o empregador dos danos causados aos trabalhadores, em decorrência do acidente do trabalho. Além disso, será objeto de estudo do presente trabalho os princípios basilares do meio ambiente do trabalho, quais sejam, o princípio da precaução e o princípio da prevenção.

3.1 Meio ambiente: definição

Assevera Melo (2013, p.27) que o meio ambiente “é o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (Lei n. 6.938/81, art. 3º, inciso I)”.

O artigo 225⁵ da Constituição da República tutela todos os aspectos do meio ambiente, inclusive o do trabalho. Assim, o direito ao meio ambiente saudável e equilibrado foi introduzido nos direitos fundamentais de terceira dimensão ou, como é pronunciado por alguns doutrinadores, de terceira geração. Assim, cumpre destacar o entendimento do doutrinador Sarlet:

Os direitos fundamentais da terceira dimensão, também denominados de direitos de fraternidade ou de solidariedade, trazem como nota distintiva o fato de se desprenderem, em princípio, da figura do homem-indivíduo como seu titular, destinando-se à proteção de grupos humanos (família, povo, nação), e caracterizando-se, conseqüentemente, como direitos de titularidade coletiva ou difusa. Para outros, os direitos da terceira dimensão têm por destinatário precípua “o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta”. Dentre os direitos fundamentais da terceira dimensão consensualmente mais citados, cumpre referir os direitos à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento, ao meio ambiente e qualidade de vida, bem como o direito à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e o direito de comunicação. (SARLET, 2012, p. 33/34).

⁵ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Segundo Ebert (2012, s.p.):

O conceito de meio-ambiente assumido pelo ordenamento jurídico pátrio no art. 225⁶, caput, da Carta Magna e no art. 3º da Lei nº 6.938/81⁷ compreende a totalidade dos elementos materiais e imateriais que circundam os seres humanos e são essenciais para a manutenção de sua integridade física, bem como de sua qualidade de vida.

A Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) – Lei nº 6.938/81 – instituída no ordenamento jurídico pátrio, tem por objetivo compatibilizar o desenvolvimento econômico e social, preservando o meio ambiente e o equilíbrio ecológico, impondo ao Poder Público e à coletividade o dever de zelar, bem como preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Dessa forma, percebe-se que o meio ambiente assumido pelo ordenamento jurídico é regido por princípios, buscando os objetivos garantidos na Constituição da República, na Lei nº 6.938/81 e nos diplomas legais, tendo por objeto tutelar a vida saudável, especialmente a vida humana, como valor fundamental.

O meio ambiente natural ou físico é composto pelo solo, água, flora e fauna. O Poder Público é quem deverá preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e promover o manejo das espécies e ecossistemas, bem como preservar todas as situações que porventura coloquem em riscos sua função ecológica.

Em se tratando do meio ambiente artificial, entende-se por ser o espaço urbano habitável, entendido por cidade, do qual está instituída na Constituição da República, assegurando a sadia qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana

⁶ Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

⁷ Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;
 II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;
 III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota;

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais, a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo e os elementos da biosfera.

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora. (Redação dada pela Lei nº 7.804, de 1989).

e o bem estar de seus habitantes, intitulado na Constituição da República, nos seguintes artigos:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social; [...]

Art. 21. Compete à União: [...]
XX - instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos; [...]

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

E, por fim, o meio ambiente cultural, de acordo com Melo (2013, p.28) “diz respeito à história, a formação e cultura de um povo”.

O meio ambiente do trabalho equilibrado foi normatizado pela Constituição da República de 1988, em consequência da proteção constitucional dada ao meio ambiente, razão pela qual abrange os aspectos do meio ambiente natural, artificial, cultural, incluindo também na seara o meio ambiente do trabalho.

3.2 Meio ambiente do trabalho

A previsão constante no Direito do Trabalho, anteriormente a Constituição da República de 1988, referente ao regramento das condições do local ou meio no qual o trabalhador exerce sua atividade profissional, estava contida nos estreitos limites da previsão legal a que se refere à Consolidação das Leis do Trabalho, no Capítulo destinado à Segurança e Medicina do Trabalho.

Entretanto, com a promulgação da Constituição da República, o meio ambiente do trabalho foi reconhecido de forma a proporcionar mais segurança nas relações, uma vez que está inserido dentro do contexto de um dos maiores e mais grave problemas da atual sociedade globalizada e de alta tecnologia, qual seja, a questão ambiental.

Segundo Ebert (2012, s.p.):

Meio-ambiente é um conceito unitário, pois engloba todos os elementos naturais e artificiais que circundam os seres humanos e afiguram-se essenciais para a manutenção de sua integridade física e psíquica (ou seja, de sua “dignidade”). Por essa singela razão, as diretrizes principiológicas que norteiam a “Política Nacional do Meio-Ambiente” aplicam-se de forma plena a todas as subdivisões do “meio-ambiente” (cultural, digital, do trabalho, urbano, rural, etc.).

Em relação ao meio ambiente do trabalho equilibrado, segundo Freitas:

Um dos mais importantes e fundamentais direitos do trabalhador é proteção do meio ambiente do trabalho ecologicamente equilibrado. O equilíbrio está baseado na qualidade de vida, na adequação e na salubridade do meio, como na ausência de agentes que comprometam a incolumidade físico-psíquica. (FREITAS, 2014, p.278).

Dessa forma, tem-se que a saúde e a segurança do trabalhador devem ser protegidas de forma mais ampla e mais eficaz. Caso sejam desrespeitados os objetos jurídicos tutelados, não apenas o trabalhador que irá sofrer as consequências, mas toda a sociedade.

Padilha (2011, p.232) assevera que:

O meio ambiente do trabalho compreende o habitat laboral onde o ser humano trabalhador passa a maior parte de sua vida produtiva provendo o necessário para a sua sobrevivência e desenvolvimento por meio do exercício de uma atividade laborativa, abrange a segurança e a saúde dos trabalhadores, protegendo-o contra todas as formas de degradação e/ou poluição geradas no ambiente de trabalho.

Entretanto, conforme entendimento do doutrinador, o meio ambiente do trabalho não restringe apenas o ambiente laboral:

(...) o meio ambiente do trabalho não restringe ao local de trabalho estrito do trabalhador. Ele abrange o local de trabalho, os instrumentos de trabalho, o modo de execução das tarefas e a maneira como o trabalhador é tratado pelo empregador ou tomador de serviço e pelos próprios colegas de trabalho. (MELO, 2013, p.29).

Proteger o meio ambiente do trabalho é essencial tanto para os trabalhadores que atuam diretamente no âmbito juslaboral, quanto à saúde da sociedade externa, tendo em vista que um meio ambiente poluído afeta tanto o meio interno quanto ao externo, enfim há afetação a toda a sociedade.

Pode-se dizer que, considerando que o meio ambiente do trabalho é um direito humano fundamental, resguardado por tratados internacionais, como o de Estocolmo – 1972 e pela Constituição da República, possuindo efetividade

horizontal, da qual vincula diretamente os particulares, tem-se que o sentido e o alcance da expressão, bem como o grau de condicionamento por ela imposto à “autonomia privada” e à “livre iniciativa” dependerão da concordância prática entre os dispositivos constitucionais correspondentes.

Assim sendo, conclui-se que o meio ambiente de trabalho deve ser preservado, de forma a garantir a sadia qualidade de vida dos trabalhadores, com o objetivo de evitar doenças ocupacionais, bem como os diversos acidentes que ocorrem atualmente em indústrias decorrentes da falta de qualificação técnica para manuseio de maquinários e falta de equipamentos de segurança.

3.3 Princípios basilares do meio ambiente do trabalho

Princípios jurídicos podem ser definidos como sendo um conjunto de padrões de conduta presentes de forma explícita ou implícita no ordenamento jurídico na forma valorativa. Os princípios, assim como as regras, são normas.

Os princípios que regem o Direito Ambiental teve início com a Conferência de Estocolmo na Suécia, em 1972, ampliada na ECO-92, no Rio de Janeiro/Brasil.

Segundo Melo (2013, p.53):

Os princípios servem para influenciar a interpretação e a composição de aspectos controvertidos no Direito Ambiental, pois são o alicerce do Direito Ambiental, que contribuem para o entendimento da disciplina e orientam a aplicação das normas relativas à proteção do meio ambiente.

São princípios basilares do meio ambiente do trabalho o princípio da prevenção, princípio da precaução, princípio do desenvolvimento sustentável, princípio do poluidor-pagador, princípio da ubiquidade e princípio da participação.

Para o presente estudo, faz-se-á necessário analisar de forma pormenorizada o princípio da precaução e o princípio da prevenção, tendo por base o tema proposto trabalhado.

3.3.1 Princípio da precaução e prevenção

Pelo princípio da prevenção entende-se que há necessidade de estabelecimento de tutela contra todos os riscos conhecidos, ou expressa-se pelos instrumentos cautelares para que os danos não aconteçam, ou seja, evitar o dano

ambiental. Nesses casos o risco é certo, existindo uma certeza cientificamente, assim teremos as ações de prevenção.

Já o princípio da precaução atende a prevenção, pois sua preocupação não é evitar o dano ambiental, mas antes disso, pretende evitar qualquer risco de dano ao meio ambiente. Neste caso a possibilidade do dano é abstrata.

Nos casos em que é notório que uma atividade pode causar danos ao meio ambiente, atua o princípio da prevenção, para impedir que o intento seja desenvolvido. Há, todavia, casos em que não se tem certeza se um empreendimento pode ou não causar danos ambientais. É justamente nessas hipóteses em que atua o princípio da precaução.

Segundo Melo (2013, p.54) o princípio da prevenção significa “adoção de medidas tendentes a evitar riscos ao meio ambiente e ao ser humano.”

Em relação ao princípio da precaução, assevera Melo (2013, p.55) que:

Precaução, em Direito Ambiental, tem a ver com risco, prejuízo, irreversibilidade e incerteza. Em outras palavras, mesmo na incerteza do risco, mas diante da irreversibilidade dos prejuízos eventuais ao ser humano, devem-se adotar medidas preventivas, pois o aspecto humano prevalece em face do econômico (art. 170, CR)⁸.

O princípio da prevenção tem fundamento no princípio nº 15 da Declaração do Rio de Janeiro de 1992, assim exposto:

Para proteger o meio ambiente medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos Estados segundo suas capacidades. Em caso de risco de danos graves e irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas visando prevenir a degradação do meio ambiente.

Em relação ao princípio da precaução, o fundamento legal está na Lei n. 6.938/81 – Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, no artigo 4º, incisos I e IV, da qual dispõe:

Art. 4º A Política Nacional do Meio Ambiente visará:

[...]

I – à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

[...]

⁸ Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

IV – ao desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias nacionais orientadas para o uso racional de recursos ambientais. [...]

No meio ambiente, o princípio da precaução e da prevenção devem ser o norte para que o Poder Judiciário possa apreciar pedidos de liminares e tutelas antecipadas nas ações que versarem à tutela do meio ambiente do trabalho e à preservação da saúde do trabalhador, uma vez que após a ocorrência do dano, o judiciário deve buscar medidas cautelares visando não apenas ao ressarcimento do ofendido, mas a proteção juslaboral.

Assevera Melo que a legislação pátria não faz distinção entre o princípio da prevenção e o princípio da precaução, sendo que:

(...) aplica-se a prevenção quando se sabe das consequências de determinado ato, pois o nexo causal já é cientificamente comprovado e certo, decorrendo muitas vezes da lógica das coisas. Pelo princípio da precaução, previne-se mesmo não sabendo quais serão as consequências decorrentes do ato supostamente danoso, diante da incerteza científica. Isso porque os danos ambientais, uma vez concretizados, como regra, não podem restituir o bem ao estado anterior.

Dessa forma, todas as vezes que determinada atividade possa causar danos ao meio ambiente, deverá ser aplicado o princípio da prevenção, tendo em vista que o risco é concreto, evitando assim que o desígnio seja desenvolvido. Entretanto, uma vez que não é possível ter a certeza se um empreendimento possa ou não causar riscos para o meio ambiente, deve ser aplicado o princípio da precaução.

É necessário para que se tenha um resultado satisfatório à necessidade de regramento normativo específico a tutelar o meio ambiente do trabalho e à saúde do trabalhador.

Destarte, verifica-se que quando o ambiente juslaboral não oferecer condições de segurança e higiene para a saúde do trabalhador e de toda sociedade, tem-se uma lesão ao meio ambiente de trabalho e essa lesão pode ser tanto por fontes internas como externas, surgindo, assim, a responsabilidade do agente causador sobre o dano ao meio ambiente de trabalho.

4 RESPONSABILIDADE DO TRABALHADOR EM DECORRÊNCIA DA ACIDENTALIDADE DO TRABALHO: análise de casuística

Após discorrer acerca dos institutos e conceitos da responsabilidade civil objetiva e subjetiva, bem como externar a discursão do meio ambiente do trabalho, passar-se-á a análise de casuísticas, com o intuito de verificar qual responsabilidade civil deverá ser aplicada nos casos de acidentalidade do trabalho.

A Lei 8.213/91, no seu artigo 19, dispõe que:

Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço de empresa ou de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Assim, cabe ao empregador zelar pela segurança e saúde do trabalhador no meio ambiente do trabalho, prevenindo atos inseguros no desempenho do trabalho, bem como adotar medidas para eliminar ou neutralizar a insalubridade e as condições de trabalho. Além disso, é dever do empregador informar aos trabalhadores os riscos profissionais que possam originar-se no ambiente de trabalho e os resultados das avaliações ambientais que são realizadas no local de trabalho.

Atualmente, no Brasil, ocorrem diversos acidentes do trabalho. Verifica-se a quantificação dos acidentes do trabalho ocorridos nos anos de 2011 a 2013.

Nota-se que estão apresentados na tabela colacionada apenas os eventos ocorridos em relação aos trabalhadores com CTPS assinada, sem retratar a realidade dos trabalhadores que não são registrados pelas empresas, tendo, por exemplo, os trabalhadores autônomos.

Veja-se, conforme tabela abaixo, os dados estatísticos de acidentes do trabalho ocorridos entre os anos de 2011 a 2013, classificados em razão do tipo do acidente de trabalho:

1.8 - Quantidade mensal de acidentes do trabalho, por situação do registro e motivo, no Brasil - 2011/2013

MESES	QUANTIDADE DE ACIDENTES DO TRABALHO																	
	Total			Com CAT Registrada												Sem CAT Registrada		
				Total			Motivo											
							Típico			Trajeto			Doença do Trabalho					
	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013	2011	2012	2013
TOTAL	720.629	713.984	717.911	543.889	546.222	559.081	426.153	426.284	432.254	100.897	103.040	111.601	16.839	16.898	15.226	176.740	167.762	158.830
Janeiro.....	58.448	56.925	57.848	43.225	42.958	44.335	34.112	34.255	34.745	7.807	7.363	8.263	1.306	1.340	1.327	15.223	13.967	13.513
Fevereiro.....	59.293	56.042	54.291	43.821	42.462	41.800	34.540	33.563	32.694	7.891	7.611	7.877	1.390	1.288	1.229	15.472	13.580	12.491
Março.....	62.003	65.199	59.927	46.251	49.450	46.050	36.380	38.591	35.610	8.348	9.250	8.992	1.523	1.609	1.448	15.752	15.749	13.877
Abril.....	56.672	55.666	63.231	42.577	42.113	48.932	33.283	32.731	37.913	7.974	7.991	9.593	1.320	1.391	1.426	14.095	13.553	14.299
Maió.....	65.138	63.815	61.034	49.671	48.910	47.518	38.576	37.542	36.615	9.482	9.779	9.544	1.613	1.589	1.359	15.467	14.905	13.516
Junho.....	60.044	57.984	58.977	45.926	44.550	45.908	35.356	34.257	35.022	9.125	8.857	9.601	1.445	1.436	1.285	14.118	13.434	13.069
Julho.....	61.421	61.514	63.347	46.668	47.162	49.399	36.374	36.762	38.082	8.876	8.904	9.971	1.418	1.496	1.346	14.753	14.352	13.948
Agosto.....	67.825	67.709	65.100	51.440	51.663	50.547	40.168	40.097	38.556	9.643	9.951	10.646	1.629	1.615	1.345	16.385	16.046	14.553
Setembro.....	61.446	59.123	62.251	46.589	45.165	48.678	36.480	35.210	37.565	8.695	8.676	9.766	1.414	1.279	1.347	14.857	13.958	13.573
Outubro.....	59.140	64.179	65.683	44.775	49.752	51.690	35.207	39.051	40.264	8.117	9.209	10.164	1.451	1.492	1.262	14.365	14.427	13.993
Novembro.....	56.944	56.136	57.458	43.112	43.506	45.297	34.215	34.255	35.127	7.630	8.038	9.214	1.267	1.213	956	13.832	12.630	12.161
Dezembro.....	52.255	49.692	48.764	39.834	38.531	38.927	31.462	29.970	30.061	7.309	7.411	7.970	1.063	1.150	896	12.421	11.161	9.837

FONTE: DATAPREV, CAT, SUB.

NOTA: Os dados são preliminares, estando sujeitos a correções.

Nota-se que os dados apresentados na tabela alhures ressalta o procedimento do qual é possível analisar os acidentes do trabalho ocorridos durante os anos de 2011 a 2013 por meio da aplicação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário – NTEP.

Os acidentes do trabalho são analisados a partir do momento em que o empregador ou até mesmo o empregado comunica perante o órgão fiscalizador que

o acidente ocorreu, e esse órgão irá emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT, verificando os seguintes regramentos:

- a) nexos técnico profissional ou do trabalho - NTP/T, reconhecido diante da existência de relação entre o agravo e a exposição ou vice-versa (Lista A e B do Anexo II do Decreto n.6.042/2007);
- b) nexos técnico epidemiológico previdenciário – NTEP, definido pela relação entre a enfermidade (CID-10) e a atividade preponderante da empresa pelo seu CNAE (Lista B do Anexo II do Decreto n.6.042/2007);
- c) nexos técnico por doença equiparada a acidente do trabalho – NTDEAT – correspondendo a análise individual de cada caso, de acordo com o entendimento do perito do INSS. (CAIRO JÚNIOR, 2015, p. 64)

Com a emissão da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT é mais preciso a responsabilização do empregador nos casos em que ocorrem acidentes do trabalho.

Nos dias atuais, dada a repercussão geral do processo 0010574-04.2016.5.03.0070 (RO)⁹ tem se discutido se a responsabilidade civil do empregador em decorrência da acidentalidade do trabalho é objetiva ou subjetiva, tendo em vista que existem entendimentos doutrinários e jurisprudenciais divergentes.

O STF reconheceu a repercussão geral na matéria tratada no Recurso Extraordinário (RE) 828040, suspendendo todas as ações que versam sobre a responsabilidade civil do empregador é subjetiva ou objetiva nos casos decorrentes de acidentes do trabalho, uma vez que o disposto no artigo 7º, XXVIII da Constituição da República, prevê que a obrigação de indenizar só será possível quando houver dolo ou culpa do agente.

Gonçalves (2003, p.21), diz ser subjetiva a responsabilidade “quando se esteia na ideia de culpa, sendo que, a prova da culpa do agente passa a ser pressuposto necessário do dano indenizável.”

⁹ ACIDENTE DE TRABALHO. DEGRADAÇÃO LABOROAMBIENTAL. RESPONSABILIZAÇÃO. PRINCÍPIO DO APRIMORAMENTO CONTÍNUO. RESTITUIÇÃO INTEGRAL. Pelo princípio do poluidor-pagador, responde objetivamente o empregador pela degradação do meio ambiente de trabalho, não havendo falar em culpa exclusiva da vítima, pois os custos oriundos dos danos provocados ao entorno ambiental ou a terceiros direta ou indiretamente expostos, como os trabalhadores, devem ser internalizados. Inteligência dos art. 200, VIII e 225 da Constituição da República, do Princípio 16 da Declaração do Rio (1992) e do artigo 4º, VII da Lei 6.938/81. A omissão da empresa em adotar medidas preventivas que assegurassem a não ocorrência do acidente, em ofensa ao artigo 157 da CLT, artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal, ao princípio do aprimoramento contínuo, previsto na Convenção 155 da OIT, ratificada pelo Brasil (Decreto 1254 de 29 de setembro de 1994) e, em especial, às disposições das NR's do Ministério do Trabalho atraem, ainda, a sua responsabilidade subjetiva. No arbitramento das indenizações, deve ser observado o princípio da restituição integral (artigos 1º, III e 3º, I da Constituição da República e artigos 944 e 949 do Código Civil). (TRT da 3.ª Região; PJe: 0010574-04.2016.5.03.0070 (RO); Disponibilização: 23/03/2017; Órgão Julgador: Decima Primeira Turma; Relator: Adriana Goulart de Sena Orsini)

Nesse sentido, a 7ª Turma do TST entende que:

RECURSO DE REVISTA - DOENÇA OCUPACIONAL - RESPONSABILIDADE SUBJETIVA - AUSÊNCIA DE RISCO NA ATIVIDADE - CULPA DA EMPRESA. Na forma dos arts. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, 186 e 927, caput, do Código Civil de 2002, para que alguém seja responsabilizado pelos danos causados a outrem, afigura-se necessária a presença de três elementos: conduta culposa, dano e nexo causal. É possível a responsabilização objetiva - dispensada a culpa daquele a quem se imputa o evento lesivo - quando houver determinação legal nesse sentido e nos casos em que a atividade do causador do dano implicar, por sua natureza, risco para o direito de outrem. No caso, o reclamante trabalhou na função de encanador, de vistoriante e de assistente administrativo e é portador de enfermidades ocupacionais (tenossinovite, tendinopatia e bursite). Assim, as atividades desempenhadas pelo autor não apresentam, por sua natureza, risco elevado para o surgimento das doenças profissionais. Logo, descabida a responsabilização objetiva da empresa pelo evento danoso. No mais, diante da ausência de culpa da empresa para o surgimento das moléstias ocupacionais, a reclamada também não pode ser responsabilizada subjetivamente, sendo indevido o pagamento de danos morais. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 7742020135190002, Relator: Luiz Philippe Vieira de Mello Filho, Data de Julgamento: 02/12/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 04/12/2015).

Ementa: RECURSO DE REVISTA. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. **RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.** Aplica-se, como regra geral, a **responsabilidade subjetiva**, a qual pressupõe a existência concomitante de dano, nexo causal e dolo ou culpa. Sendo assim, não preenchido um dos requisitos acima elencados, não há de se falar em **responsabilidade** do empregador. Incidência do disposto nos arts. 7.º , XXVIII , da CF/88 e 186 do CC/2002 . Portanto, não subsiste a condenação imposta, em razão da não demonstração de culpa de forma a caracterizar a **responsabilidade** civil patronal. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido. (TST – RR 26184920125110006, Relator: Maria de Assis Calsing, Data de Julgamento: 11/03/2015, 4ª Turma, Data de publicação: DEJT 13/03/2015).

No mesmo sentido de aplicar a teoria subjetiva, já posicionou o TRT, 5º Região:

Ementa: ACIDENTE DE TRAJETO. RESPONSABILIZAÇÃO DO EMPREGADOR. TEORIA DA **RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA.** Em relação ao acidente de trajeto, friso que a equiparação do acidente de percurso ao acidente de trabalho disposta pela Lei n. 8.213/91, no artigo 21, IV, d, é somente para fins previdenciários. Já para a caracterização da **responsabilidade civil** do empregador pelo sinistro ocorrido, é necessária a cumulação dos elementos previstos na teoria da **responsabilidade civil subjetiva**, são eles: dano, nexo de causalidade e a culpa do empregador. (TRT-5 – RecOrd:00015120720135050193 BA 0001512-07.2013.5.05.0193, Relator: LUIZ ROBERTO MATTOS, 1ª TURMA, Data de Publicação: DJ 01/12/2015.)

Entretanto, é o entendimento de alguns doutrinadores que os empregadores que desenvolvem atividades de riscos devem ser responsabilizados objetivamente,

uma vez que, para o direito do trabalho (art. 2º da CLT)¹⁰, todo e qualquer risco é de responsabilidade do empregador.

Preconiza o artigo 927, parágrafo único do Código Civil que:

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.

Existem dois posicionamentos de doutrinadores a respeito da aplicação do parágrafo único do artigo 927 do Código Civil. Será que o empregador deve arcar com as indenizações quando ocorre acidente do trabalho, mesmo quando não fica comprovada a sua culpa no caso?

A primeira corrente entende que o artigo 927, parágrafo único do Código Civil não deve ser aplicado nos casos de acidente de trabalho, uma vez que, o artigo 7º, XXVIII da Constituição da República dispõe que o empregador deverá arcar com as indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, quando incorrer em dolo ou culpa.

De acordo com o entendimento do doutrinador Dal Col (2005, p.195):

Querer responsabilizar objetivamente o empregador por qualquer acidente sofrido pelo empregado é fadar a relação de trabalho ao insucesso, tornando-a inviável. A ele cabe a responsabilidade pela falha na prevenção, pelo excesso de jornada imposto, pela inobservância das regras de ergonomia, segurança e outras, que comprometeram a normalidade do ambiente do trabalho ou das condições em que este devia ter-se realizado, ou seja, quando cria condições inseguras para o trabalhador. O sistema da culpabilidade subjetiva é, ainda, o mais coerente para fins de reparação de danos, sobretudo quando estabelecido no país um sistema de previdência social, que repara objetivamente o acidente, funcionando como seguro contra a infortunistica. E se pudesse ser tido como atividade culposa do empregador, permitir o trabalho em atividades que são perigosas por sua própria natureza, haveria séria justificativa para desestimular a produção, agravando o desemprego, que já assola a sociedade com índices crescentes e alarmantes.

Entretanto, por sua vez, a segunda corrente sustenta que o dispositivo do artigo 7º, XXVIII da Constituição da República deverá ser analisado juntamente com o *caput* do artigo 927, do qual dispõe que: “São direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.”

¹⁰ Art. 2º - Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço.

Dessa forma, verifica-se que o legislador poderá ampliar o rol dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, ou mesmo acrescentar outros direitos que visem a melhoria das condições dos trabalhadores.

Cumprir registrar o ensinamento de Moraes (2006, p.25):

De acordo com as previsões do Código Civil de 2002 pode-se dizer que, comparativamente, a responsabilidade subjetiva é que se torna residual, tantas são as hipóteses de responsabilidade que independem da culpa. Assim, cumpre mencionar, além da cláusula geral do parágrafo único do artigo 927, as previsões relativas à responsabilidade do amental (art. 928), do empresário (art. 91), do transportador (art. 734), as diversas hipóteses de responsabilidade indireta (arts. 932 e 933), a responsabilidade pelo fato dos animais (art. 936), a responsabilidade decorrente da ruína (art. 937), isto é, inteiras searas do direito de danos, antes vinculada à culpa, hoje cumprem o objetivo constitucional de realização da solidariedade social, através da ampla proteção aos lesados, cujos danos sofridos, para sua reparação, independem completamente de negligência, imprudência, imperícia ou mesmo da violação de qualquer dever jurídico por parte do agente. São danos (injustos) causados por atos ilícitos, mas que, segundo o legislador, devem ser indenizados.

Assim sendo, verifica-se, portanto, que a reparação do dano é fundada na teoria do risco profissional, a qual abrange à relação de emprego, estendendo-se a todo empregador. É considerada a teoria mais ampla que a do risco criado, pois enquanto esta teoria se limita às atividades empresariais perigosas, a do risco profissional é estendida a todo empregador tendo em vista que ao obter lucros por meio de suas atividades, por consequência deverá suportar os prejuízos daí resultantes. Dessa forma, não depende de culpa do empregador para que ele seja responsabilizado com os prejuízos oriundos do acidente de trabalho de seus empregados mediante o custeio de seguro específico – SAT (Seguro de Acidente do Trabalho).

Nesse sentido, entende o Tribunal Superior do Trabalho:

RECURSO DE REVISTA. MOTOBOY. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL 1. O entendimento perfilhado pela SbDI-1 do TST orienta no sentido de que o caput do art. 7º da Constituição da República constitui-se tipo aberto, vocacionado a albergar todo e qualquer direito quando materialmente voltado à melhoria da condição social do empregado. 2. Cede espaço, assim, ao reconhecimento da responsabilidade objetiva do empregador, prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, quando a atividade desenvolvida pelo empregado revela-se eminentemente de risco, a exemplo da função de "motoboy". 3. Acórdão regional que reconhece a responsabilidade objetiva do empregador, por acidente de trabalho, envolvendo empregado no desempenho da função de "motoboy", e acolhe o pedido de pagamento de indenização por dano moral e estético. 4. Recurso de revista da Reclamada de que não se conhece. (TST - RR: 11994520105010037, Relator: João

Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 03/06/2015, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/06/2015)

RECURSO DE REVISTA. RECURSO DE REVISTA. ACIDENTE DE TRABALHO. OPERADOR DE FURADEIRA EM MINA DE SUBSOLO NA EXTRAÇÃO DE CARVÃO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO EMPREGADOR. TEORIA DO RISCO PROFISSIONAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAL. 1. Normatizando a cláusula geral de responsabilidade civil objetiva por danos (morais, estéticos e materiais), dispõe o parágrafo único do art. 927 do Código Civil: "Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem". 2. No caso concreto, a regra do art. 927, parágrafo único, do Código Civil tem perfeita incidência em situação de risco excepcional a que submetido o empregado que trabalha, para empresa mineradora, em mina de subsolo, dado que o método de lavra pode causar risco de desabamento (NR 22 e Convenção 31 da OIT). 3. Em um tal contexto, incontroverso o fato de que o reclamante, operador de furadeira, foi vítima de acidente de trabalho que lhe causou incapacidade parcial para o trabalho, mas permanente (desabamento do teto da mina de carvão, provocando lesões do membro inferior esquerdo, com ruptura da artéria, fratura da tíbia, luxação de joelho com ruptura dos ligamentos cruzados), resulta incontestemente o requisito do nexo causal, e, afastada, na instância ordinária, a alegada culpa exclusiva da vítima, a jurisprudência deste Tribunal de uniformização é firme em reconhecer a responsabilidade civil sem culpa do empregador (objetiva), fundada na teoria do risco profissional. 4. Violação, que se reconhece, do art. 927, parágrafo único, do Código Civil. Recurso de revista conhecido e provido. (TST - RR: 1895003420095120027, Relator: Waldir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 17/02/2016, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/02/2016).

Desde já, percebe-se que na responsabilidade civil objetiva o agente lesado não precisa provar a existência de culpa ou dolo do agente causador do ato ilícito, sendo necessário comprovar apenas o ato ilícito, o resultado danoso e o nexo de causalidade.

Neste diapasão, assevera Melo (2013, p.294):

Cabe ressaltar que o dano ambiental, diferentemente do dano clássico, independe, para sua caracterização, do elemento anímico da conduta do agente (culpa ou dolo). Quanto ao dano ambiental, não importa se o ato causador do dano é lícito ou ilícito, porque a responsabilidade é objetiva, fundada no risco da atividade (CR, art. 225, §3º e Lei n. 6.938/81, art. 14, §1º).

Entende o Tribunal Superior do Trabalho:

RECURSO DE REVISTA. MOTOBOY. ATIVIDADE DE RISCO. RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA DO EMPREGADOR. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. 1. O entendimento perfilhado pela SbDI-1 do TST orienta no sentido de que o caput do art. 7º da Constituição da República constitui-se tipo aberto, vocacionado a albergar todo e qualquer direito quando materialmente voltado à melhoria da condição social do empregado. 2. Cede espaço, assim, ao reconhecimento da

responsabilidade objetiva do empregador, prevista no art. 927, parágrafo único, do Código Civil, quando a atividade desenvolvida pelo empregado revela-se eminentemente de risco, a exemplo da função de "motoboy". 3. Acórdão regional que reconhece a responsabilidade objetiva do empregador, por acidente do trabalho, envolvendo empregado no desempenho da função de "motoboy", e acolhe o pedido de pagamento de indenização por dano moral e estético. 4. Recurso de revista da Reclamada de que não se conhece. (TST - RR: 11994520105010037, Relator: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 03/06/2015, 4ª Turma, Data de Publicação: DEJT 12/06/2015).

No mesmo sentido, entende o Tribunal Regional do Trabalho:

ACIDENTE DE TRABALHO. DANO. RESPONSABILIDADE. O concurso causal subjetivo, caracterizado por fato do empregado, não elide a responsabilidade objetiva do empregador pelo acidente de trabalho ocorrido em suas dependências ou de terceiro tomador. É a quanto conduz a interpretação sistemática dos artigos 2º e 157, CLT, 927, § único, CCB. O tomador, por sua vez, responde subsidiariamente pelo dano daí proveniente ao prestador pessoa física, reconhecido em sede judicial, consoante os itens IV e VI, da Súmula nº 331, do c. TST. (TRT-1 - RO: 11458520125010077 RJ, Relator: Alexandre Teixeira de Freitas Bastos Cunha, Data de Julgamento: 08/10/2013, Primeira Turma, Data de Publicação: 18-10-2013)

Destarte, percebe-se que as Cortes Superiores do Direito do Trabalho entendem que não há necessidade de comprovação de culpa, reconhecendo a responsabilidade objetiva do empregador quando este desenvolve atividade de risco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho aborda a possibilidade de aplicação da responsabilidade civil objetiva do empregador em decorrência da acidentalidade do trabalho.

A responsabilidade civil garante ao indivíduo que foi lesado o restabelecimento do *status quo ante*, ou seja, busca a reparação ou indenização do bem. Ademais, esse restabelecimento visa retornar o estado anteriormente do bem que foi lesado e, caso não seja possível retornar o status quo ante, converte a reparação no pagamento de uma indenização em um valor aproximado do bem material lesado.

Nos primórdios da história, a ocorrência de danos possibilitava que o indivíduo que porventura sofresse o dano poderia fazer justiça com as próprias mãos, da qual vigorava a Lei Talião, do “olho por olho, dente por dente”. Posteriormente, surge então a necessidade do Poder Público intervir nas relações privadas, de modo a punir o agente que causar dano a outrem.

No Código Civil de 1916, vigorava a regra da responsabilidade subjetiva, assentada no princípio da culpa, uma vez que para que o agente causador do dano seja responsabilizado pelos seus atos, deveria existir o elemento culpa.

Porém, após a vigência do Código Civil de 2002, a norma prevista no artigo 927 vem tratando da responsabilidade civil objetiva para as atividades de riscos, com o propósito de garantir proteção às vítimas dos acidentes de trabalho.

Em relação a responsabilidade civil subjetiva, verifica-se que para que o agente causador do dano seja responsabilizado pelos atos praticados, baseia-se nos três pressupostos, quais sejam, o dano, a conduta culposa e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa.

Dessa forma, para que o empregador seja responsabilizado de forma subjetiva, deverá comprovar que este ocorreu em culpa, direta ou indiretamente, uma vez que o simples fato da ocorrência do acidente de trabalho, não determina o dever de reparar. Ademais, nos casos em que não é possível demonstrar nenhum dos pressupostos que delineiam o dever de reparação ao dano causado, compete ao indivíduo lesado arcar com os prejuízos, uma vez que o agente causador do dano não será responsabilizado subjetivamente.

Contudo, todavia, em se tratando da responsabilidade civil objetiva, esta assevera que não é necessário comprovar a culpa do agente causador do dano, uma vez que existindo o dano e o nexo causal deverá suportar a responsabilidade, arcando com os prejuízos advindos do dano, pois está se concentra na teoria do risco, conforme preceitua o parágrafo único do artigo 927 do Código Civil.

Destaca-se que o artigo 927 do Código Civil de 2002 não ofende o direito dos trabalhadores previstos no artigo 7º, XXVIII, da Constituição da República de 1988, tendo em vista que este assegura regramento mínimo de direitos, sem prejuízo de outros que visam melhor condição social ao trabalhador. Assim, verifica-se que o instituto normativo do artigo 927 do Código Civil garante ao trabalhador o direito de reparação dos danos causados pelo empregador, independentemente de comprovação de culpa.

Além do mais, deverá o empregador zelar pela segurança e higiene do trabalhador, de forma ampla e eficaz, protegendo-o de todas as formas de degradação e poluição, garantindo a sadia qualidade de vida dos trabalhadores.

Para que seja garantida a sadia qualidade de vida dos trabalhadores, os empregadores deverão verificar a possibilidade de riscos inerentes à atividade desenvolvida, criando assim mecanismos para evitar a ocorrência dos danos ambientais.

Dessa forma, para aquelas atividades que é notória a ocorrência do dano ao meio ambiente, deverá atuar o princípio da prevenção, para impedir que o dano ocorra. Já quando não se tem a certeza se uma atividade possa ou não causar danos ambientais, atua o princípio da precaução. Assim sendo, caberá ao empregador zelar pela segurança e saúde do trabalhador no meio ambiente juslaboral, a fim de prevenir os acidentes do trabalho.

Contudo, verifica-se que nos Tribunais Regionais do Trabalho e no Tribunal Superior do Trabalho tem discutido qual responsabilidade deverá ser aplicada aos empregadores nos casos decorrentes de acidentes do trabalho, se é a responsabilidade subjetiva da qual deverá existir o elemento culpa, ou se aplica a responsabilidade objetiva, a qual não é necessário existir o elemento da culpa, devendo ser responsabilizado por seus atos decorrentes da atividade de risco.

Existem divergências acerca da matéria tratada, entretanto já posicionou as Cortes Superiores do Trabalho que não há necessidade de comprovação de culpa

do empregador, uma vez que a reparação do dano é fundada na teoria do risco profissional, devendo o empregador suportar os prejuízos daí resultantes em se tratando de dano que advier de atividade de risco, isso ocorre nos termos do artigo 927 do Código Civil.

Pelo princípio da dignidade humana, a Constituição da República de 1988 garante aos trabalhadores, nos artigos 1º, 6º e 7º, inciso XXIII, uma sadia qualidade de vida, impondo ao empregador o dever de zelar pela saúde do trabalhador, bem como pela vida e segurança ao meio ambiente juslaboral. Ainda em relação à tutela do trabalhador, o artigo 225 da Constituição da República de 1988 tutela o meio ambiente, garantindo um meio ambiente saudável, devendo à todos defender e preservar para as presentes e futuras gerações.

Portanto, a lesão ao meio ambiente do trabalho configura a reparabilidade e essa reparação deve ser gerida pelo conceito de inobservância do meio ambiente. Sendo assim, a responsabilidade civil é objetiva por aplicação da Lei 6.938/81 – Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA).

Destarte, conclui-se que os danos advindos decorrentes de acidentes do trabalho, deverá o empregador repará-los para o trabalhador, independentemente de comprovação de culpa, uma vez que já possui entendimentos jurisprudenciais acerca da matéria, entendendo que o empregador deverá ser responsabilizado objetivamente por todos os danos causados ao trabalhador, pois é dever daquele zelar pelo meio ambiente juslaboral saudável e sadio.

REFERÊNCIAS

AFFONSO, Fernanda Mano. *Da responsabilidade civil do empregador no acidente de trabalho*. Disponível em: <http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/8276/Da-responsabilidade-civil-do-empregador-no-acidente-de-trabalho>>. Acesso em 23 out 2017.

ARAGÃO, Valdenir Cardoso. *Aspectos da responsabilidade civil objetiva*. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2352>. Acesso em 22 out. 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988.

DAL COL, Helder Martinez. *Responsabilidade Civil do Empregador: acidente do trabalho*. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: Responsabilidade civil*. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. Vol. 7.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1993, v. 7.

EBERT, Paulo Roberto Lemgruber. *O meio ambiente do trabalho. Conceito, responsabilidade civil e tutela*. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/22694/o-meio-ambiente-do-trabalho>.> Acesso em 23 out. 2017.

FILHO, Cavalieri. *Programa de responsabilidade civil*. 2.ed. São Paulo. Editora PC Editorial Ltda, 2000.

FONTANELLA, Suelen. *Responsabilidade civil*. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,responsabilidade-civil,37676.html>>. Acesso em 18 set. 2017.

FREITAS, Karina Viana de. *O meio ambiente e a responsabilidade do empregador nos casos de acidente do trabalho*. in SILVA, Sayonara Grillo Coutinho Leonardo da (Org.). *Transformações no mundo do trabalho e redesenhos institucionais: Trabalho, Instituições e Direitos*. São Paulo: LTR, 2014.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro*. 3.ed. São Paulo. Editora Saraiva, 2008.

JÚNIOR, José Cairo. *O acidente do trabalho e a responsabilidade civil do empregador*. 8.ed. São Paulo. Editora LTr. 2015.

MEIRELLES, Hel Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

MELO, Raimundo Simão de. *Direito ambiental do trabalho e a saúde do trabalhador*. 5.ed. São Paulo. Editora LTr. 2013.

MORAES, Maria Celina Bodin de. *Risco, solidariedade e responsabilidade objetiva*. Revista TR, São Paulo, v.854, p.25, dez. 2006.

NETO, José Affonso Dallegrave. *Responsabilidade Civil no direito do trabalho*. 4.ed. São Paulo. Editora LTr. 2010.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. *Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional*. 8.ed. São Paulo. Editora LTr. 2014.

PADILHA, Norma Sueli. O Equilíbrio do Meio Ambiente do Trabalho: Direito Fundamental do Trabalhador e de Espaço Interdisciplinar entre o Direito do Trabalho e o Direito Ambiental. in **Rev. TST**, Brasília, vol. 77, no 4, out/dez 2011.

PENAFIEL, Fernando. *Evolução histórica e pressupostos da responsabilidade civil*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13110>. Acesso em 03 de setembro de 2017.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de direito civil. Contratos – Declaração unilateral de vontades e responsabilidade civil*. 18.ed. Rio de Janeiro. Editora Forense, v.III, 2014.

SILVA, José Antônio Ribeiro de Oliveira. *Acidente do trabalho. Responsabilidade objetiva do empregador*. 3.ed. São Paulo. Editora LTr. 2014.

SILVA, Wilson Melo da. *Responsabilidade sem culpa*. São Paulo: Saraiva, 1974.

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil: responsabilidade civil*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009. Vol. IV.

VIEIRA, Paulo de Tarso Souza de Gouvêa. *O meio ambiente de trabalho e os princípios da prevenção e precaução*. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11566&revista_caderno=5>. Acesso em 22 out. 2017.